



PROFESSOR, MAS ISSO CAÍ NO ENEM? O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Arthur Rodrigues de Lima¹, Juliana Karol de Oliveira Falcão²
*Universidade Estadual da Paraíba. Email: arthur.rlima@hotmail.com, Universidade Estadual da Paraíba.
Email: julianakarol-16@hotmail.com*

RESUMO: O presente trabalho visa discutir sobre como nos últimos anos, principalmente após as políticas de acesso ao ensino superior desenvolvidas pelo governo federal, o Enem, Exame Nacional do Ensino Médio vem se tornando um direcionador do currículo e dos conteúdos trabalhados em sala pelos professores do ensino básico. Dessa forma, este artigo pretende refletir sobre como o Enem atua no sentido de selecionar aquilo que é conveniente ou não ser discutido em sala por professores e alunos, dando destaque principalmente a história contemporânea e relegando outras temporalidades históricas que seriam fundamentais para a formação dos alunos enquanto sujeitos históricos. Logo, pretendemos analisar como muitas vezes o ensino de história a partir do Enem estará ligado a uma lógica utilitarista.

Palavras-chave: Currículo, Enem, Ensino de História.

INTRODUÇÃO

De fato temos assistido principalmente após a segunda metade do século XX ao advento de uma sociedade tecnoinformacional, marcada pelo tempo acelerado, uma sociedade alicerçada no paradigma da mudança, em que somos chamados a constantemente estarmos abertos ao novo, uma sociedade edificada sobre o modelo da informação, devemos estar constantemente informados. Todavia será que informação condiz com conhecimento, será que não estamos imersos em um mundo marcado pela pobreza de experiências, onde tudo acontece ao nosso redor, mas nada nos toca? A informação não é experiência, ela não traz sentido a nossa vida, logo um dos principais desafios da docência nos tempos hodiernos seria contribuirmos para um sistema educacional fundamentado no paradigma da

¹ Graduando do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBIC/CNPQ.

² Graduanda do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBID/CAPES.



experiência/sentido (BONDÍA, 2002)

Como proporcionarmos aos nossos alunos a narrativa de uma história prazerosa, em que eles possam se enxergar enquanto sujeitos históricos? Como ainda mantermos vivas, neste mundo utilitarista e pragmatista, as utopias que alimentam o espírito de mudança, o idealismo que outrora era como um vento nas velas dos barcos de nossas trajetórias existenciais?

O que observamos é que principalmente após o processo de redemocratização no Brasil houve a elaboração de uma legislação educacional que visava repensar o ensino de história. Após a LDB, os PCN's foram apresentados como diria Jessier Quirino enquanto a "tarba da sarvação", uma proposta moderna, que uniformizava as diretrizes para o ensino de história a nível nacional. Os PCN's surgem no contexto de busca por uma atenção aos valores do liberalismo, do FMI, do Banco Mundial, com uma educação baseada no eixo das habilidades e competências sobre os parâmetros das tecnologias. (CERRI, 2004)

Todavia, devemos salientar que os parâmetros curriculares nacionais foram elaborados pelos ditos técnicos da educação, longe de discussões e diálogo com aqueles que fazem com que tais propostas se realizem no campo do cotidiano das salas de aula. Os professores do ensino básico foram excluídos de tal processo, logo se toda a responsabilidade de fazer isso tudo funcionar na sala de aula, caí sobre os ombros dos professores e professoras, como farão isso sem terem opinado sobre como fazê-lo, "resta perguntar: como o excluído pode incluir"? (CERRI, 2004, p.5)

Porém foi a partir desta conjuntura que os PCN's foram impostos as diversas regiões do país como proposta educacional; estruturando os conteúdos por temas articulados a construção de conceitos como cidadania, memória, verdade etc. no intuito não de formar pequenos historiadores, mas sim de formar sujeitos históricos aptos a agirem socialmente de forma reflexiva e crítica. (PCNS, 1998)

Os PCN's foram apresentados enquanto inovação a partir do privilegiamento dos



conteúdos referentes à História Nacional, em virtude de seu caráter interdisciplinar e como também pela abordagem das competências enquanto metas, acabando muitas vezes por nos inserir em uma pedagogia das competências. Em que os alunos seriam incentivados a partir das discussões dos conteúdos históricos a atuarem na representação e comunicação, investigação e compreensão, nos esforços por uma contextualização sócio-cultural. (CERRI, 2004, p.8)

Todavia o que identificamos é que a partir da implantação do Enem como principal porta de acesso ao ensino superior os princípios dos PCN's de certa forma sofreram uma tentativa de inserção em tal exame. A prova de ciência humanas e suas tecnologias, que aborda conteúdos das disciplinas História, Filosofia, Sociologia e Geografia pretende ser uma prova interdisciplinar. Composta por 45 questões a prova que vem assentada no termo tecnologia, visa quebrar o conceito de que só a área de exatas é que produz esta, como reflexo de uma conjuntura mundial as humanidades também são produtoras de tecnologias.

No entanto é fato que a avaliação modificou as maneiras dos professores e professoras ensinarem, tendo em vista que diante da lógica utilitarista muitas vezes os profissionais da educação ficam limitados a ensinarem aquilo que o exame solicita. (EUGÊNIO, COSTA, 2014) Se os PCN's não determinaram quais temas deveriam ser trabalhados em sala, apontando caminhos, o Enem fez o que os PCN's não fizeram, ou seja, o exame acabou ganhando um caráter de determinação dos conteúdos curriculares. (CERRI, 2004)

Partindo de tais postulados os professores se tornam protagonistas de práticas de ensino que não geram experiências significativas na vida de seus alunos, sua prática sempre será norteadada pela clássica pergunta: “professor, isto cairá no Enem?”. Tendo em vista que se dado assunto comumente não é abordado na prova, não se torna crime, por exemplo, o professor pular os capítulos referentes à história antiga, ou as civilizações orientais, já que estes se encontram contemplados minimamente em tal exame. Logo identificamos uma perda da visão da história enquanto processo, a prova terá uma forte tendência a privilegiar os temas



que se encontram mais próximos de nós em uma linha cronológica, não dando tanto destaque a longa duração ou aquilo que dista de nós por longos séculos.

O calendário escolar gira em torno da realização do exame, logo em inúmeras ocasiões os conteúdos serão trabalhados de forma superficial, com os professores orientando os alunos a se manterem constantemente informados, e aptos a responderem as questões de forma simples e objetiva, o ideal não é problematizar, refletir, mas sim acertar e conseguir uma vaga na universidade. Assim assistimos ao advento de uma sociedade sem memória, em que os sujeitos não conseguem enxergar qualquer conexão entre os acontecimentos, uma sociedade mergulhada nos achismos e opiniões marcadas pela superficialidade, sem nenhum grau maior de reflexão, onde a experiência da espera é jogada ao vento, onde a ideia de que o que não é veloz é chato e enfadonho. (BONDÍA, 2004)

Para Jaime Pinsky e Carla Bassanezi o que identificamos no Enem não é a existência de uma disciplina história, mas sim a composição de um componente denominado estudo da realidade mundial, produto da desculpa de que não dando tempo de se trabalhar todos os conteúdos, devemos concentrar nossa abordagem no passado mais próximo e abandonar o passado mais remoto, sabendo que este não é cobrado de forma efetiva em tal exame de admissão (PINSKY, 2003).

Portanto nosso trabalho visa a partir da análise das provas do Enem dos últimos três anos, 2012, 2013 e 2014, demonstrar como a disciplina história vem sendo cobrada na prova, como o Enem tem contribuído para uma fragmentação da disciplina que em muito tem favorecido a exclusão do educando enquanto sujeito histórico, o que vai de encontro a legislação educacional então vigente, proporcionando a visão da História enquanto relato de fatos e não enquanto processo.

METODOLOGIA

O nosso trabalho está baseado em uma revisão bibliográfica de teóricos que discutem



o ensino de História e o Enem, entre eles Cerri (2004) e Jaime Pinsky (2003), além de nos atentarmos para as discussões de La Rosa (2002) no sentido do desenvolvimento de uma prática de ensino não utilitarista e que favoreça experiências significativas na vida dos alunos. Em nossa pesquisa realizamos a análise das provas do Enem dos três últimos anos, 2012, 2013 e 2014 buscando observar quais temas comumente aparecem, quais temos costumeiramente têm sido esquecidos e como tais fatores influenciam no ensino de história. Também buscando problematizar as maneiras pelas quais tais temas são cobrados na prova.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura das provas do Enem realizadas nos últimos três anos podemos constatar que em 2012, primeiro nos dedicando a uma exposição dos resultados analisados para depois realizarmos sua efetiva problematização, identificamos que das 45 questões que integram a prova de ciências humanas e suas tecnologias 22 destas eram correspondentes a disciplina história, tendo em vista que muitas questões da prova também integram conhecimentos de várias disciplinas, logo nosso enfoque é destacar aqueles que correspondem propriamente à disciplina história.

Todavia não consideramos unicamente as questões nas quais o conhecimento histórico, informações e conceitos são requeridos indispensáveis ou acessoriamente para a resolução do enunciado, compreendendo que na prova existem questões em que a história é apenas um papel de parede, no sentido de que seus enunciados não demandam conhecimento histórico para devida resolução do que se pede, mas conhecimentos de outras disciplinas como a geografia ou a matemática exigindo a análise de um gráfico ou coisa do gênero, para tal resolução.

Logo, no que diz respeito às questões de 2012, das 22 analisadas 1 era referente a história antiga, nenhuma contemplava o período medieval, 5 estavam ligadas a idade moderna



e 7 relacionadas a história contemporânea no que entendemos tradicionalmente como história geral. No que é referente à história do Brasil, 4 abordam a temática da América portuguesa, 1 contempla o período imperial, 3 o período republicano e uma estaria inserida por nós em uma categoria referente ao estudo da cultura, patrimônio e memória.

A partir da análise da prova de 2013 contatamos a seguinte configuração, das 45 questões da prova 25 eram da disciplina história propriamente, sendo 1 questão referente a história antiga, 1 referente ao período medieval, 1 contemplando a idade moderna e 9 questões referentes a idade contemporânea, no quesito compreendido como história geral. No que é referente á história do Brasil temos 2 questões ligadas a América portuguesa, 2 ao período imperial, 5 ao período republicano e 4 inseridas na categoria de estudo da cultura, patrimônio e memória.

Na prova aplicada em 2014, das 45 questões da área de ciências humanas e suas tecnologias 27 correspondiam aos conteúdos referentes à disciplina história propriamente, sendo 2 dedicadas a história antiga, 1 ao período medieval, 2 a idade moderna e 5 a história contemporânea, no que entendemos por história geral. No pertencente à história do Brasil constatamos que 2 questões estão ligadas a América portuguesa, 3 ao Brasil Imperial, 9 questões baseadas no período republicano e 3 incluídas na categoria estudos da cultura, patrimônio e memória.

Diante de tais dados podemos observar que nos últimos três anos o espaço dedicado a disciplina história na prova do Enem tem aumentado, o número de questões sofreu o aumento de 22 questões em 2012 para 27 em 2014, todavia o que devemos nos questionar é de que forma foi dado este aumento e quais os conteúdos ou períodos históricos mais enfocados.

De forma sintética é possível colocarmos que no quesito história geral, a área da história contemporânea é a mais contemplada e trabalhada na prova, muitas vezes tendo um espaço proporcional superior aos quesitos referentes e dedicados a história nacional. A Idade Moderna e os períodos medieval e antigo, de certa forma serão relegados no exame, o que nos



faz refletir sobre a ausência do debate de tais temáticas em sala, já que não são cobradas no Enem, e períodos como o renascimento, a escolástica medieval, e o legado deixado por gregos e romanos para a cultura ocidental são abordados de forma superficial, o que não favorece a compreensão dos alunos enquanto sujeitos históricos e consequentemente herdeiros de tal cultura.

No referente à história do Brasil podemos enunciar que de forma ampla o período republicano e a história mais recente do país é que contempla maior espaço na prova, seguindo a mesma lógica no quesito história geral em que o século XX é o mais trabalhado, deste modo, quanto mais distante no tempo, menos o período é considerado significativo para a compreensão da contemporaneidade. Essa lógica des-historiciza a reflexão sobre a relação entre o passado e o presente, e está ligada a uma postura que pode ser lida como utilitarista (CERRI, 2004).

Porém o que ainda identificamos é a presença de questões que abordam a questão do patrimônio, a discussão sobre a cultura e a memória fundamentais para o desenvolvimento da visão de alteridade e para a compreensão da identidade não enquanto algo essencial, mas sim como processo, o que é reflexo de leis como a 10639 que regulariza o ensino de história e cultura afrobrasileira nas escolas públicas e privadas, sendo visto por nós enquanto algo positivo, mesmo diante da abordagem desenvolvida na prova que contribui para uma visão da história distante da concepção de processo e sim como se os fatos e acontecimentos vividos pela sociedade contemporânea não tivessem efeito algum com os acontecimentos passados, no sentido de ficarmos presos a um presentismo e percamos o nosso lugar enquanto sujeitos históricos, muitas vezes a prova pode contribuir para que sejamos desterritorializados historicamente.

CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho podemos constatar que a forma como os conteúdos de



história têm sido abordados em sala de aula vem sendo gradualmente alterada a partir do momento em que o ENEM cada vez mais ocupa espaço enquanto exame de admissão ao ensino superior. O Exame pode representar avanço em uma tentativa de formular a interdisciplinaridade por meio de questões que envolvem características pertencentes a disciplinas diversas, porém tal avanço tenha sido caro no que diz respeito ao desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva por parte dos alunos, que agora vêm a disciplina história a partir da lógica do deve cair ou não em tal exame.

Além disso, é fundamental perceber que os PCN's embora sendo uma legislação imposta, apresentada de cima para baixo e sem o devido diálogo com aqueles que fazem o cotidiano das salas de aula do ensino básico, não tem sido levado em consideração pelo Enem quando observamos o grande destaque dado na prova a história contemporânea e sendo a história do Brasil em sua maioria problematizada a partir do período republicano, não possibilitando uma compreensão histórica mais complexa de outros períodos e nos apresentando uma história fragmentada, ligada ao sentido utilitarista de uma pedagogia das competências.

Dessa forma, o professor e a professora de história se ver diante de um enorme desafio que é promover o equilíbrio entre uma formação que vise o desenvolvimento da cidadania, a construção coletiva de sujeitos com habilidades capazes de transformar e alterar a realidade em que vivem e as contingências próprias do pragmatismo de ensinar os conteúdos que são exigidos pelos exames, entre formar o ser humano e capacitá-lo para aprovação em vestibulares e concursos.

REFERÊNCIAS

- BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Traduzido por João Wanderley Geraldi. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>
Acesso em: Mai. 2015.
- CERRI, Luis Fernando. **Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os**



conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Revista Brasileira de História. Vol. 24. Nº 48. São Paulo, 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200010 Acesso em: Jun. 2015.

EUGENIO, Isadora Fonseca. COSTA, Marina Gomes de Sousa. **O ENEM e suas repercussões no ensino de História na contemporaneidade: desafios a uma aprendizagem holística e não fragmentada.** Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/8476/7226> Acesso em: Jun. 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003. (p.17-36)